

AJUSTE MAIOR: Programa com investimentos de 4 bi será ajustado para que seja cumprida meta com o FMI

Brasil em Ação será novo alvo dos cortes

Governo poderá vender parte das ações do Banco do Brasil, mas quer manter o controle com a União

Odail Figueiredo e Leandra Peres

• BRASÍLIA. Os projetos do programa Brasil em Ação poderão ser fortemente atingidos pela nova rodada de cortes de gastos que o Governo terá que fazer para cumprir a meta de ampliar o superávit das contas públicas para a faixa de 3% a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil em Ação inclui cerca de 40 projetos que vão

de pavimentação de rodovias a modernização de portos. No orçamento para 1999, aprovado no fim de janeiro pelo Congresso, o programa conta com R\$ 4,8 bilhões em investimentos federais.

O valor dos cortes necessários ainda não está acertado, pois depende dos acertos finais com o FMI a respeito da meta de superávit e de outros objetivos, como a taxa de inflação esperada para este ano. A inflação vai ter um efeito favorável no ajuste das

contas públicas, pois representará uma diminuição do valor real das despesas do orçamento, que não são corrigidas, enquanto as receitas são atualizadas.

A equipe da Fazenda passou o dia reunida verificando em que áreas é possível cortar. Segundo os técnicos, a diretriz é concentrar os cortes em investimentos e obras, preservando a área social, como saúde e educação. Os cortes de gastos devem ser anunciados até o próximo dia 24, prazo

legal para que o presidente Fernando Henrique sancione o Orçamento aprovado pelo Congresso.

O Governo começará no ano que vem uma ampla reestruturação dos bancos oficiais para cumprir o acordo feito com o FMI, que prevê a ampliação do programa de privatização nos setores energético e financeiro. O Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais (Comif) decidiu estudar a fusão entre os bancos federais,

transformá-los em agências de fomento, e ainda vender parte das ações em poder da União. Uma das hipóteses é vender parte das ações do Banco do Brasil a um sócio estrangeiro, mantendo o controle acionário da instituição com a União. A Caixa Econômica Federal teria um perfil mais parecido com uma agência de desenvolvimento, voltada para áreas sociais, como saneamento e habitação. O BNDES seria encarregado de estimular o setor produtivo. ■